

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2008:** _____

---Aos catorze dias do mês de Junho do ano dois mil e oito, nesta cidade de Esposende e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Emídio Real de Moraes. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

João Maria de Sousa Nunes da Silva,
António Maranhão Peixoto,
Orlando Martins Capitão,
Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes,
Luís Manuel Areia Loureiro Basto,
Manuel Sérgio Miranda Zão,
Carlos Manuel Vasco Afonso Novo,
José Manuel Neiva da Cruz,
António Veiga de Araújo,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
António Manuel Rossas Pereira,
António Pilar Ferreira,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
António Luís Faria da Costa Ribeiro,
José Luís da Silva Ribeiro;
António Viana da Cruz,
Emílio Moreira dos Santos Dias,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
José Artur Saraiva Marinho,
António Vendeiro Catarino,
António Benjamim da Costa Pereira,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos,
José Maria Losa Esteves,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
António Carlos Vieira da Silva

---Sendo dez horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

O deputado Albino Neiva fez uma intervenção, intitulada pelo respeito do poder local, cujo teor a seguir se transcreve e que, a final propôs que fosse transformada em Voto de Protesto a transmitir ao senhor Ministro do Ambiente, à Comissão de Ambiente da Assembleia da República, à Comissão do Poder Local da mesma Assembleia e ao senhor Presidente da República.

“Na última quarta-feira, 12 de Junho, estivemos atentos à intervenção do Sr. Primeiro-Ministro de Portugal fez na Assembleia da República. Estupefactos, ouvimo-lo a fazer mais um auto-elogio – como é seu timbre, à forma como conseguiu resolver mais esta crise “sem cedências” e com a “proporcionalidade” no uso da força.

Desligamos o televisor e mais uma vez conseguimos ver o Sr. Eng. Sócrates envolto numa daquelas bolhas que isolam as pessoas do mundo exterior quando comem determinados iogurtes – a chamada bolha de defesa, neste caso a bolha do alheamento.

Tal como o fez muitas vezes o Poeta Ruy Bello, também nós nos deslocamos para uma esplanada de um bar na marginal e Esposende e procuramos contemplar a mansidão das águas do Rio Cávado, o pequeno fio de água que teima em romper o areal da foz, e ouvir os deliciosos raios e coriscos que pescador amigo lançava por não poder ir ao mar. Enquanto isso, bebíamos, não uma gelada imperial como gostava de fazer Ruy Bello, mas uma água bem fresca de forma a perscrutar o bom tempo que tarda em vir.

Procurávamos, em silêncio, a razão pela qual centenas de milhares de cidadãos portugueses, de todas as classes sociais, têm saído à rua nestes últimos meses, manifestando o seu desagrado e descontentamento pelas políticas do Governo e exigindo soluções para a crise que se alastra por todo o país. Procuramos compreender, ainda porque razão o Governo, como sempre, faz ouvidos moucos de tudo e de todos. Curiosamente os homens do poder reconhecem a razão de quem ralha, até se dizem solidários com o descontentamento e afirmam mesmo que fariam o mesmo mas, declaram publicamente que não é seu timbre ceder a pressões, mesmo que justas. Diz o povo, e com razão, que para um teimoso só um teimoso e meio.

Ficamos atónicos quando constatamos que o Governo só tem certezas e que se arroga único capaz de salvar a Pátria. Aliás, porque tínhamos disponibilidade de tempo, quisemos indagar onde é que o Sr. Primeiro-Ministro Sócrates se inspira para ter tais atitudes que chegam a

roçar a insensatez e falta de solidariedade perante o estado de pobreza de milhares e milhares de concidadãos. Lembramo-nos de uma conversa com o outro Sócrates, o do Mundo Clássico, e Calicles, conversa anotada por Platão. Dizia Calicles que para ele eram fundamentais os juízos de valor e que era imprescindível justificar ao povo aquilo que deveria ser feito. Sócrates – o pensador, achava que mais importante não era tanto conhecer a realidade do povo mas sim definir aquilo que, no seu entendimento, era necessário fazer. E assim se fez luz na nossa cabeça. Assim ficamos a saber que, por herança antropológica, também se explicam os laivos obsessivos do nosso Primeiro-Ministro Sócrates e que, afinal, será o sócia mental do outro Sócrates da Antiguidade.

Tudo isto vem a propósito de mais uma desfaçatez que o nosso Governo teve para com esta Assembleia Municipal.

Foi aprovado o Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural do Litoral Norte sem que este Órgão, que tanto trabalhou, que despiu coletes políticos, que produziu documentos de consenso, chegasse um documento final onde, democraticamente se dissesse o que aproveitaram do nosso trabalho.

Mas este processo já estava inquinado desde a sua origem.

Por vontade expressa desta Assembleia, e não porque para isso tenha sido convidada ou convocada, quisemos, todos, dar o nosso contributo na elaboração de tão importante documento que é, sobretudo, um instrumento de gestão do nosso território concelhio. Em 15 de Outubro de 2007 a Comissão Permanente desta Assembleia reuniu, com o Sr. Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. A ele colocamos as nossas preocupações – que eram as do povo deste concelho, pedimos que não houve-se precipitação na aprovação do mesmo, mostramo-nos disponíveis para produzir um documento gerador do mais amplo consenso concelhio. Fomos desafiados, então, a apresentar um caderno com as nossas propostas.

Em 29 de Outubro desse mesmo ano, a Comissão Permanente elaborou um extenso documento – no qual foram vertidas todas as propostas dos diversos agrupamentos políticos e, mais tarde, em Reunião de Assembleia Municipal, foi aprovado, por unanimidade, uma Proposta sobre o Novo Órgão de Gestão do Parque Natural assim como uma Proposta de Plano de Ordenamento do Parque Natural Litoral Norte. Em várias Assembleias Municipais, todos os agrupamentos políticos – até o do Partido Socialista, se pronunciaram sobre esta matéria. Tudo foi enviado, a seu devido tempo, para o Sr. Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e outros serviços do Poder Central, foram agendadas reuniões, algumas delas nunca realizadas por indisponibilidade do poder Central.

Depois de muito trabalho de todos os deputados desta Assembleia, depois de vários contactos para saber se foi útil a nossa colaboração – o silêncio foi a única resposta até ao momento.

Queremos deixar aqui algumas questões:

- Que direito tem o Governo de enganar esta Assembleia Municipal e seus eleitos, quando, talvez com o intuito de nos silenciar, admitiu perante nós estar aberto ao diálogo e aceitar todas as nossas propostas?

- Qual o papel do Sr. Presidente do Instituto de Conservação da natureza e Biodiversidade quando, nesta mesma sala, se mostrou disponível para reunir, dialogar e, vir até a alterar o projecto inicial, de acordo com as nossas sugestões e anseios da população?

- Que sentido democrático e de Estado pode ter um Governo e seus governantes que reúnem à socapa – certamente a altas horas da noite para não serem notados, com interlocutores que não representam a vontade dos cidadãos deste concelho, sobre matéria de extrema importância e vital para as nossas vidas.

- Qual o papel destes interlocutores que, pelos vistos se aninham à subserviência política os quais, aqui nesta tribuna, estiveram connosco, defenderam a honra do concelho e dos seus eleitos mas que, à frente dos seus mentores, a deixam cair e se mostram servís a um poder autista?

É pena que um Governo, que tem legitimidade democrática expressa em eleições, a use de forma tão despótica.

Jean Rouvier – um grande politólogo francês, Professor Catedrático de Direito na Universidade de Paris, escreveu um pequeno mas interessante texto sobre a Lei do Número. Dizia que “esse princípio maioritário que põe o ser moral, corajoso, sensível, inteligente, sob a lei de 51% de amorais e de insensatos, em nada favorece a democracia”.

Pretendemos que esta nossa intervenção seja transformada em VOTO DE PROTESTO e que depois de votado seja transmitido ao Senhor Ministro do Ambiente, à Comissão de Ambiente da Assembleia da República, à Comissão do Poder Local da mesma assembleia e ao Senhor Presidente da República.”

Seguidamente o deputado Orlando Capitão felicitou o senhor Presidente da Câmara Municipal pela sua recente eleição como Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Esposende, tendo de seguida efectuado a seguinte intervenção cujo teor se transcreve:

“Talvez por se adoptar na elaboração das actas das reuniões da Câmara Municipal o método simplex, muitas deliberações que nos chegam através desses documentos são, por vezes, absolutamente imperceptíveis.

Defendo a simplificação, mas sem afectar o verdadeiro sentido, conteúdo e justificação das deliberações tomadas. Uma simplificação exagerada retira-lhes todo o sentido e impede esta Assembleia de cumprir uma sua obrigação legal - a de acompanhar a actividade do Executivo Municipal. Grande parte dessa actividade passa-lhe ao lado.

Vou citar alguns casos, meramente a título de exemplo:

Acta n.º 9/2008 – Reunião ordinária de 10 de Abril de 2008:

08.01 – “Concurso Público para concepção de campanha de redução de resíduos sólidos urbanos no Município de Esposende”. Refere que foi presente informação do Presidente da Comissão de Abertura do Concurso e Acta do Acto Público, informação que fica arquivada junto à minuta da acta da presente reunião. A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a acta do acto público e não proceder à adjudicação ... Não refere a posição dessa Comissão, nem os seus fundamentos.

Para quem não dispõe do processo nem das minutas da acta, não extrai deste texto informação com o mínimo de conteúdo.

08.02 – “Estatuto do Direito de Oposição” – Foi presente o Relatório do Grau de observância do respeito pelos Direitos e Garantias constantes do Estatuto do Direito de Oposição, que se dá por transcrito e cuja cópia fica arquivada junto à minuta da acta, de que faz parte integrante. A Câmara deliberou, por maioria, concordar com o relatório.

Mas, qual o conteúdo desse relatório. Nem um resumo, muito resumido, se faz dele na acta. Tudo fica pelo Executivo que não reconhece a existência desta Assembleia Municipal.

Porque não dar aos membros da Assembleia Municipal, pelo menos aos líderes de cada agrupamento político, conhecimento desse relatório.

Acta n.º 10/2008 – Reunião ordinária de 21 de Abril de 2008.

04.01.01. “Relatório de gestão da qualidade e Ambiente referente a 2007”.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório nos termos apresentados. Ficou arquivada cópia, junto à minuta da acta da reunião.

Nem uma palavra sobre o que consta do relatório.

Ficamos a ver navios.

2 – “Empreitada de construção do Fórum Rodrigues Sampaio – Recurso hierárquico”.

Neste ponto, consta apenas a seguinte deliberação: “A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não dar provimento ao recurso hierárquico, com base no parecer jurídico apresentado e com o qual se concorda.

Não se diz quem foi o recorrente, a qualidade em que recorreu, nem com que fundamentos. Também não é referida a fundamentação do parecer jurídico.

E aqui nem sequer se diz que uma cópia desse parecer fica arquivada junto à minuta da acta.

Neste caso concreto, gostaria que o senhor Presidente da Câmara nos esclarecesse.

Mudando de assunto, tenho ouvido da boca de pessoas, que passam por Esposende, rasgados elogios à obra feita na Zona Ribeirinha. Muita gente, indiferente a nortadas, por ali se passeia. E quem, esporadicamente por cá passa, não deixa de parar, de apreciar o trabalho ali feito e de fazer, por onde passa, promoção gratuita da nossa terra.

Em terreno arrelvado, junto ao “Salva-Vidas”, a terra foi remexida, a relva removida e iniciadas algumas obras. Consta que ali vão ser construídos um recinto para a prática de basquetebol e/ou andebol e um parque infantil.

Será verdade o que consta? Se for, pergunto:

Esses recintos vão ser vedados? Terão alguma cobertura ou, pelo menos, alguma protecção do rio e do vento norte? Não irão descaracterizar o trabalho já feito nessa zona?

E já agora, sendo o basquetebol e o andebol jogos tipicamente de pavilhão, pergunto ao senhor Presidente da Câmara: Para quando um pavilhão gimnodesportivo em Esposende?

Quais são, em relação a tudo isto, os verdadeiros propósitos da Câmara Municipal?”.

Interveio seguidamente José Augusto Azevedo Sousa, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Gemeses, e cuja intervenção vai a seguir ser transcrita:

“No passado dia 18 de Abril, a Freguesia de Gemeses foi palco de um aparatoso acidente de viação envolvendo um autocarro de transporte público de passageiros, transportando cerca 60

peçoas, na sua grande maioria, crianças e jovens, que se deslocavam para mais um dia de aulas.

Confrontado com a notícia de que o autocarro teria caído numa ravina com cerca de 2 metros e sobre uma linha de água, logo me ocorreu no pensamento uma tragédia, pelo que não hesitei em informar os B V de Esposende no sentido de activarem todos os meios de socorro. Tomei esta decisão antes de acorrer ao local e de me inteirar da situação, uma vez que estavam em causa dezenas de vidas, e que se não fossem retiradas imediatamente correriam sérios riscos de morrerem afogadas ou asfixiadas. Quando cheguei ao local a minha preocupação foi inteirar-me da situação, questionando se não tinha ficado alguém debaixo do autocarro, felizmente ou milagrosamente... A Resposta foi Não! «Não está ninguém no autocarro» diziam-me os miúdos, «nós ajudamos e já tiramos toda a gente lá de dentro!»

Um grande alívio para mim, pois logo procurei a todos acalmar, informando através dos meios de comunicação social que me pediam informações que não havia feridos graves, apenas um grande susto.

Com a chegada do pessoal do INEM coloquei à sua disposição toda a colaboração que estes solicitaram no sentido de não se perder o controlo da situação. Crianças encharcadas, com frio e em pânico, umas chorando outras procurando esquecer os momentos de dor e de pranto vividos dentro do autocarro. Os pais desesperados corriam à procura do seu filho ou da sua filha. Neste cenário de pânico era necessário ter a calma suficiente para que o clima fosse o menos doloroso possível para todos os intervenientes.

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, congratulo-me com o facto de os meios de socorro terem respondido imediatamente ao pedido de ajuda. Às Corporações de Bombeiros, aos Núcleos da Cruz Vermelha, às equipas médicas dos Hospitais de Braga, Barcelos e Viana do Castelo, aos representantes da DREN, ao executivo da Câmara Municipal de Esposende, e em especial, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende, ao Senhor Vereador responsável pela área da Protecção Civil, à Senhora Vereadora responsável pelo Pelouro da Educação, e ao pessoal técnico que se deslocaram para os Hospitais no sentido de dar todo o apoio psicológico às pessoas em sofrimento.

Quero, em nome da Freguesia de Gemeses, expressar o nosso muito obrigado por tudo quanto fizeram para minimizar o sofrimento daqueles pais e daquelas mães, no fundo, de muitas famílias da freguesia de Gemeses, pois não havia quase uma família que não tivesse um filho(a), um(a) neto(a) ou um(a) sobrinho(a)... foi um acidente que a todos tocou.

Quando as coisas correm bem todos estamos de parabéns, e aquilo que poderia ter sido uma enorme tragédia não passou de um sério aviso para as muitas carências e deficiências das nossas estradas.

A todos os colegas, presidentes de Junta de Freguesia, que se solidarizaram comigo naqueles momentos de preocupação procurando inteirar-se do sucedido, agradeço-vos, em meu nome pessoal e em nome da Freguesia de Gemeses, o vosso acto de solidariedade.

Perante uma entrega, e uma coordenação que eu considero perfeita, quero, mais uma vez, agradecer a todos o trabalho que por todos os pais foi louvado, sendo-me transmitido que nada

mais se podia pedir, pois o acompanhamento por parte do Executivo da Câmara Municipal foi exemplar.”

Interveio o deputado Maranhão Peixoto, apresentando um voto de pesar pelo falecimento de Altamiro Almeida Marques, cujo teor a seguir se transcreve e o qual veio a ser subscrito pelos restantes deputados da Assembleia Municipal.

“No passado dia 18 de Abril faleceu Altamiro Marques. Tivemos o privilégio de neste órgão autárquico conhecer e conviver com este grado munícipe por adopção, paladino das causas ecológicas no foro local desde a década de oitenta. Nessa altura, como independente através do PPM nas listas do CDS, reforça o seu combate à extracção de areias e poluição no rio Cávado, nomeadamente, devido à devastadora acção das tinturarias, na altura, em crescente actividade.

Fundador do Clube Náutico de Gemeses em 1983, está em 1985 na linha da frente de defesa do Castro de S. Lourenço contra as impiedosas intenções da sua destruição a cobro de um protegido licenciamento de extracção de granitos.

Presidente da Comissão Ecológica e Ambiental desta Assembleia sempre se manifestou um aliado incondicional, mesmo com as sadias e afirmadas devidas divergências políticas, das causas ambientais que desde a militância e liderança da JSD concelhia protagonizamos e cujo apoio desinteressado sempre nos reiterou nesta sede da edilidade.

A sua luta pela defesa do património natural do nosso município não pode ser esquecida e os 7 volumes intitulados “O Livro Negro do Cávado”, que em 2002 doou à Biblioteca Municipal, são o registo exaustivo das suas iniciativas em prole da salvaguarda deste importante curso fluvial.

A sua especial dedicação a Gemeses, o amor profundo a esta nossa terra levaram-no a escolhê-la como seu repouso eterno.

A invulgar integridade, a verticalidade e seriedade no combate político, o respeito pelo pluralismo, a pedagogia da participação, o incentivo permanente ao criticismo construtivo e a sua inalterável postura desinteressada marcaram, sem dúvida, o seu posicionamento nesta Assembleia Municipal.

Em preito de justa e singela homenagem de reconhecimento propomos a este órgão autárquico um voto de pesar pelo seu falecimento e que do mesmo seja dado conhecimento à família.”

Interveio o deputado Manuel Carvoeiro, tendo também felicitado o senhor Presidente da Câmara Municipal pela sua eleição para Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Esposende e tendo, seguidamente, apresentado uma moção relacionada com a “...gravíssima situação económica e social em que o país se encontra.”, uma recomendação à Câmara Municipal para que, quer no seu site, quer no Boletim Municipal passe a dar mais relevância ao que se passa na Assembleia Municipal e ainda uma outra recomendação também à Câmara Municipal relacionada com a eventual existência de amianto na cobertura do denominado “Bairro de Sucupira”, intervenções estas cujo teor a seguir se transcreve:

Moção:

“Na última sessão ordinária desta Assembleia Municipal, o PS veio aqui, em jeito de balanço, fazer a defesa das políticas do actual Governo, apresentando, com grandes floreios, um

quadro cor-de-rosa, discurso contrariado pela realidade do nosso país e pelas grandes dificuldades da larguíssima maioria dos portugueses. Efectivamente, é cada vez mais visível o fracasso de uma política e de um governo na resolução dos principais problemas nacionais. Nos últimos três anos, assistimos a um insignificante crescimento económico, o investimento privado continua em queda, as exportações caem há vários meses consecutivos, tal como o consumo privado, em resultado da desvalorização dos salários e do acentuado aumento das taxas de juro. As importações, principalmente, de bens e produtos de primeira necessidade aumentam para compensar a falta de produção nacional, a qual, de forma preocupante, tem sido substituída pela produção estrangeira em resultado da liquidação do nosso aparelho produtivo, desde logo nos sectores da agricultura e das pescas. As falências de pequenas e médias empresas acontecem num ritmo elevado.

A dívida pública aumentou. O endividamento externo continuou a crescer e hoje somos um dos países mais endividados da Europa.

O desemprego, verdadeira chaga social dos dias que correm, disparou para valores históricos. As políticas de baixos salários, num quadro de sucessivos aumentos dos preços dos bens e serviços, com particular destaque para os bens alimentares e combustíveis têm gerado difíceis condições de vida para os portugueses.

Portugal encontra-se mais endividado, deficitário e dependente, mas também mais desigual. Milhares e milhares de trabalhadores vivem um dia-a-dia de incertezas e preocupações, ao mesmo tempo que os lucros da banca e dos grupos económicos e financeiros são dos maiores das últimas décadas, num círculo vergonhoso de profundas injustiças e desigualdades.

Injustiças que o Governo PS agora pretende agravar com a subversão e liquidação de direitos laborais essenciais dos trabalhadores portugueses pela via da alteração, para pior, do Código do Trabalho e a legislação laboral da Administração pública. No actual processo de revisão do Código Laboral estão em cima da mesa propostas inaceitáveis, que se traduzem na facilitação dos despedimentos sem justa causa, na existência de horários de trabalho incompatíveis com a vida pessoal e familiar dos trabalhadores, na liquidação dos direitos e da contratação colectiva, na acentuação da arbitrariedade patronal e da limitação da liberdade sindical. Trata-se, no fundo, de um pacote de medidas no plano sócio-laboral que, se fossem aprovadas, significariam um retrocesso no plano dos direitos dos trabalhadores e uma verdadeira regressão civilizacional. Ora, o progresso e bem-estar das sociedades só será possível pela via da dignificação dos trabalhadores e do reforço dos seus direitos laborais.

Os graves e dramáticos problemas sociais do país demonstram à sociedade que a política de direita seguida por este Governo, dito Socialista, está ao serviço dos grandes interesses económicos e não ao serviço da maioria dos portugueses.

Assim, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida no dia 14 de Junho de 2008, decide:

- Manifestar ao Governo a sua profunda preocupação com a gravíssima situação económica e social em que o país se encontra.

- Manifestar, acompanhando a justa indignação que percorre o País, a sua solidariedade ao

povo português e a todos os trabalhadores que lutam em defesa dos seus direitos e por outras soluções capazes de garantir um Portugal mais justo e mais desenvolvido.

- Levar esta moção ao conhecimento do Governo e divulgá-la junto da população de Esposende.”

Recomendação:

“A Assembleia Municipal e a Câmara Municipal constituem órgãos do Município. No entanto, o papel deste órgão Assembleia Municipal, nem sempre tem merecido a devida atenção. Efectivamente, se direccionarmos um olhar mais focado e atento para a página Web do Município de Esposende, verificamos que referência à Assembleia é residual. Lá apenas encontramos a composição deste Órgão. Se centrarmos a atenção no Boletim Municipal, então, é que não se descortina mesmo nada sobre a Assembleia.

Ora, quer o site, quer o boletim são do Município e não exclusivamente da Câmara. Não faz sentido este tratamento desigual.

Assim, proponho que as ordens de trabalho, as declarações, moções, propostas e recomendações dos grupos políticos, bem como as deliberações da Assembleia passem a constar da página WEB do Município, bem como do Boletim Municipal.”

Recomendação:

“A Zona habitacional de Esposende, popularmente conhecida como “Bairro de Sucupira”, constitui um dos principais aglomerados populacionais da cidade. As casas lá erigidas há vários anos contêm nas suas coberturas matérias com amianto. Esta situação tem constituído uma grande preocupação para os moradores. Efectivamente, existe um quadro legal, desde logo, directivas comunitárias que configura, a necessidade da adopção de medidas tendentes a substituir, nas habitações e edifícios públicos, os materiais que contenham amianto. São medidas que se orientam no sentido da salvaguarda da saúde e bem estar dos moradores e utilizadores de tais edificações.

Assim, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que, com a máxima urgência, desencadeie as diligências necessárias tendentes a resolver o problema da existência de amianto nas habitações do “Bairro de Sucupira”.

Interveio seguidamente o deputado João Nunes, felicitando o senhor João Cepa pela sua eleição como Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD, tendo de seguida efectuado a seguinte intervenção cujo teor se transcreve:

“Não há comentador, conferencista ou político que não aborde o tema que tanto preocupa os Portugueses e o Mundo em geral: a denominada “crise”, e, a análise de um lado e do outro também, para rapidamente chegar à conclusão de que tudo está mal.

Os combustíveis estão a tornar-se produtos de luxo, a comida barata tende a acabar, não só devido aos especuladores, mas também porque hoje, há milhões de pessoas que têm acesso à alimentação que outrora não tinham; é a crise interna, é a crise da Europa a 27, é a crise ambiental, a crise dos pescadores e camionistas, é a crise dos Estados Unidos, é a abastança dos países emergentes, enfim, tudo serve para justificar uma crise, que é real e que a todos nos deve preocupar, e, muito.

Os remédios, dizem os experts podem ser muitos, diversos e até paradoxais: baixar os juros, controlar a inflação, não estimular o crescimento, dizem os Europeus; encarecer o dinheiro, dar um estímulo ao crescimento, esquecer a inflação, dizem os Americanos.

Nesta intervenção, reflectindo sobre uma outra “crise”, queremos salientar a nossa perplexidade, ao constatar que a liberdade de expressão de alguns, tanto serve para atacar, agredir, um adversário político, como para no instante seguinte, o lisonjear, o guindar ao mais alto pedestal, desde que, tal cambalhota possa, no mínimo, criar a ilusão de que tudo é feito, em nome do povo.

Dizem os mais atrevidos ou os mais avisados, que na política é assim, que nem tudo é para ser levado a sério, que uma ofensa de ontem, facilmente se remedeia hoje, com uma palmadinha nas costas, com umas boas garfadas à mesa, e, que, ao fim e ao cabo, é tudo uma questão de se “ter um bom estômago”.

Para nós, na política, não vale tudo.

Aquele comunicado do grupo dos 13, publicitado no Diário do Minho num dia 13, que fala no nome do Senhor Presidente da Câmara por 7 vezes, merece alguns reparos e preocupações, já que aqueles números ímpares carregam consigo algo de esotérico e podem indiciar que nada de bom estará para vir.

Na última ceia, também lá estavam 13, e, sabemos como aquilo terminou

Cautela, portanto, Senhor Presidente da Câmara.

Não podemos abonar os que se lamentam de serem apunhalados pelas costas e de terem muita gente hipócrita à sua volta, quando os resultados eleitorais não lhes são, tão favoráveis quanto desejavam, e, somos frontalmente discordantes dos que, necessitam de manifestações pseudo-espontâneas, para que se crie uma onda galvanizadora, que sinceramente esperamos, não venha a terminar em tsunami.

Senhor Presidente da Câmara, embora V.Ex.ca. não seja responsável pela tal notícia publicada no Diário do Minho, com o título “autarcas defendem presidente dos ataques dos construtores”, somos surpreendidos pelo teor das afirmações atribuídas aos seus apoiantes, especialmente quando entre aspas se declara que “já nas últimas autárquicas, os apoios dos construtores civis não foram muitos”.

Não sabemos se aquele foi um momento desafortunado ou se foi a descrição de uma realidade doentia. Não há qualquer espécie de dúvida, que foram afirmações infelizes e desconfortáveis.

Mas que tipo de pressões é que o Presidente da Câmara de Esposende tem sofrido por parte dos empreiteiros deste concelho?

Se as há, porque não as divulga? Se são ilícitas porque não as apresenta ao Ministério Público?

Para concluir e recorrendo a afirmações de V.Ex.ca., que num passado recente, mostrou não ter vontade de se recandidatar e de já ter declarado que “ a porta não fica 100% fechada, há sempre uma pequena abertura, mas é muito pequenina, é muito ténue”, queremos dizer-lhe que estamos, totalmente de acordo consigo, quando também afirmou que necessita de “algum descanso” e de “ fazer um intervalo na actividade política”.

Seguramente também estará de acordo a população do Concelho de Esposende, que ano após ano, vê emagrecer os seus rendimentos por muitas outras razões, mas também porque assiste à subida exponencial de tarifas, taxas e impostos, cobrados pela Esposende Ambiente e pela

Câmara Municipal, que pratica a política do eucalipto, esbanjando cerca de 60% em Despesas Correntes, secando desta forma toda uma gestão que se pretende equilibrada e sustentada.

Mais de 10 milhões de euros pagaram os Municípios no ano de 2007.

Significa isto, que 50% das receitas da Câmara Municipal de Esposende, são provenientes de Impostos e Taxas.

Todos têm direito ao seu descanso, e, parafraseando de novo o Senhor Presidente da Câmara, também estamos de acordo que tenha vontade, de se dedicar a fazer “outras coisas”.

É tudo uma questão de coerência.”

Interveio o deputado Pedro Saleiro, tendo também começado por felicitar o senhor Presidente da Câmara Municipal pela eleição já referida e cuja restante intervenção vai a seguir ser transcrita:

“A minha intervenção será sobre dois assuntos que aqui se falaram hoje; em primeiro sobre a moção apresentada pelo deputado Manuel Carvoeiro e, em segundo, pela intervenção do deputado Albino Neiva, a propósito da aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Natural Litoral Norte.

Começando pelo deputado Manuel Carvoeiro, o estafado discurso das políticas de direita do PS, a que nós já estamos habituados, infelizmente, o Sr. deputado escolheu um tema que, na nossa opinião, não será o melhor para apontar ao Governo neste momento. Outros haverá, eventualmente, mais apropriados para, eventualmente, causar moça.

As propostas de alteração ao Código do Trabalho vão exactamente no sentido contrário àquele de que falou. É justamente para combater a precariedade no emprego, promover a regulação da contratação colectiva, reforçar a maternidade e a paternidade, reduzir a taxa social única dos trabalhadores independentes, regularizar a situação dos recibos verdes e incentivar a celebração de contratos de trabalho sem termo que esta reforma está a ser feita. Mas os senhores, ainda no decurso da negociação e com ela ainda por concluir, já tiraram as vossas conclusões. Ainda não há uma versão do elenco normativo que vai resultar dessa negociação, mas para o partido comunista isto já é um ataque à classe trabalhadora. Por conseguinte, a bancada do PS votará contra esta moção.

Relativamente à intervenção do deputado Albino Neiva, que, pelos vistos, gosta dos clássicos, veio aqui fazer uma intervenção de sofista. Nós preferimos mantermo-nos num registo socrático. Não é verdade Sr. deputado que não se saiba aquilo que o Instituto de Conservação da Natureza e os serviços da Secretaria de Estado Ambiente decidiram acerca das participações que foram feitas pelos 343 cidadãos, entidades, empresas que participaram na discussão pública e o relatório está disponível há muito tempo. Não há obrigação legal de nos ser comunicado nada, porque uma vez que a forma de resposta às consultas públicas não é essa, é precisamente tornando públicas todas as consultas.

Ainda sobre a sua intervenção, é evidente que o PS tem que repudiar a sua insinuação de que nós tivemos conversas a desoras com membros do Governo ou com pessoas com responsabilidades sobre esta matéria. Aquilo que aconteceu já foi explicado aqui mais do que uma vez, foi uma conversa com um responsável governamental, que decorreu no âmbito da actividade normal e legítima do partido socialista.

Este novo Plano traduziu-se numa grande vitória para a classe piscatória de Esposende. De

acordo com a informação que consta do relatório de ponderação, a alteração da tipologia das embarcações que vão poder pescar em determinadas áreas do parque cria uma situação que, na prática, cria um regime de excepção para os pescadores de Esposende.

Para rematar, dizer que, apesar de tudo e em nome do meu partido, quero congratular-me com a entrada em vigor deste Plano de Ordenamento, porque é melhor ter um Plano e um quadro legal rigoroso, credível e confiável do que termos a situação de ambiguidade que tínhamos.”

Interveio seguidamente o deputado Mário Ferreira Fernandes, o qual, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Curvos, e cuja intervenção vai a seguir ser transcrita:

“Esta minha intervenção versa no essencial deixar aqui o meu registo positivo e a apresentação de louvor à Câmara e ao seu Presidente, pela actuação recente no tocante a algumas actividades e realizações, tais como;

Em primeiro lugar felicito o recente lançamento da primeira pedra do Centro de Educação Ambiental, na Quinta do Paiva em Marinhas. Como sabemos a questão ambiental está na ordem do dia e disso em muito depende o futuro da humanidade. É portanto muito positivo o trabalho pela defesa do ambiente desenvolvido pela Câmara Municipal.

Em segundo lugar saliento a recente obtenção da medalha de prata da mobilidade, não tanto pelo prémio em si, mas essencialmente pelo trabalho feito na criação de acessibilidades em espaços públicos, destinadas às pessoas com dificuldades de locomoção.

Em terceiro lugar referir o enorme sucesso obtido pelo Fórum da Educação, essencialmente por quatro razões: pela diversidade de actividades, pela diversidade de horários, pela descentralidade conseguida com a realização de actividades em diversos espaços e diferentes freguesias e ainda pela especial atenção que foi dada ao cidadão com deficiência com a criação da Equipa de intervenção Precoce do concelho de Esposende.

Quero deixar também aqui o meu registo de contentamento pela publicação do Boletim Municipal, agora com edições dedicadas às Freguesias, pois assim poderão também as Junta de Freguesia divulgar aí as suas realizações e actividades, levando-as junto das suas populações.

Para terminar louvo a Câmara Municipal e o seu presidente pelo acto a que iremos assistir de seguida, com o lançamento da primeira pedra do futuro Fórum Municipal Rodrigues Sampaio e que servirá entre outras, para sede desta Assembleia Municipal de Esposende. Estou certo que assim, passará a haver melhores condições para o funcionamento deste importante órgão do poder local.”

De seguida interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que se pronunciou sobre o Regulamento do Parque Nacional do Litoral Norte, tendo referido que esta Assembleia Municipal não foi minimamente respeitada pelo Governo, dado que este nunca se dignou sequer a dar qualquer resposta às missivas que lhe foram enviadas, referindo ainda que o texto inicial do documento, que é o único que se conhece, é gravoso para os interesses de Esposende, não podendo, na sua opinião, o PS de Esposende assumir uma posição na Assembleia Municipal e depois vir a público defender as decisões do executivo Governamental nesta matéria.

Ausentou-se definitivamente, neste momento, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhãs, José Maria Losa Esteves.

Interveio novamente o deputado Pedro Saleiro, o qual, em defesa da honra, referiu que a informação de que o PS de Esposende dispõe sobre o Regulamento do Parque Nacional do Litoral Norte é só aquela que é do conhecimento público, sendo que também não concorda com a posição tomada pelo senhor Secretário de Estado em não dar qualquer resposta à Assembleia Municipal.

Interveio José Felgueiras referindo que o PS de Esposende não teve, nesta matéria, qualquer tipo de negociação paralela com o Governo.

E sendo onze horas e quinze minutos foram, por proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal, interrompidos os trabalhos para que os grupos parlamentares decidam o seu sentido de voto naqueles assuntos agora introduzidos no período de antes da ordem do dia.

Sendo onze horas e vinte e cinco minutos foram reiniciados os trabalhos continuando presentes todos os membros da Assembleia Municipal à excepção daquele que entretanto se havia ausentado definitivamente.

Colocado à votação o voto de protesto apresentado pelo grupo parlamentar do PSD, foi este aprovado por maioria, com 28 votos a favor e 7 votos contra do Partido Socialista.

Colocado a votação o Voto de Pesar pelo falecimento de Altamiro Almeida Marques, foi o mesmo aprovado por unanimidade, bem como foi deliberado que do mesmo voto de pesar deveria ser dado conhecimento à respectiva família.

Colocada à votação a Moção apresentada pelo deputado Manuel Carvoeiro relativa à situação económica e social do país, foi a mesma aprovada por maioria, com 7 votos contra do PS, 3 abstenções do CDS e 25 votos a favor.

O deputado José Felgueiras apresentou declaração de voto referindo que não sabe como é que foi aprovada pela maioria de direita desta Assembleia Municipal uma moção de censura que ataca o patronato.

Pelo deputado Orlando Capitão, o grupo parlamentar do CDS apresentou declaração referindo que o CDS se absteve dado não concordar com a fundamentação da moção apresentada.

Colocada à votação a recomendação à Câmara Municipal relativa à maior visibilidade da Assembleia Municipal no site e no Boletim Municipal, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Colocada à votação a recomendação à Câmara Municipal relativa ao Bairro Social de Esposende também conhecido por bairro de Sucupira, foi a mesma aprovada por unanimidade.

O deputado José Felgueiras apresentou declaração de voto onde referiu que a Junta de

Freguesia de Esposende já enviara ofício à Câmara Municipal de Esposende a alertar e solicitar intervenção nesta matéria.

Ausentou definitivamente da sessão o segundo secretário da Mesa, Emídio Real.

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, apresentada pelo mesmo.

Durante a apresentação da sua informação e tendo agradecido as felicitações que lhe foram endereçadas pela sua eleição como Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Esposende, o senhor Presidente da Câmara abordou algumas das questões colocadas no período de antes da ordem do dia, tendo referido que, relativamente ao site está o mesmo a ser reformulado e, quando finda esta reformulação, já terá muito mais informação alusiva à Assembleia Municipal, sendo que, relativamente ao Boletim Municipal, dada a sua dimensão, não poderá o mesmo conter todas as intervenções efectuadas nesta Assembleia, contudo, dado que, em regra, as mesmas são transcritas para as actas e estas são públicas, tal objectivo já fica atingido. Relativamente ao denominado “Bairro de Sucupira” referiu que a Câmara Municipal candidatou um projecto para que se efectue uma intervenção de fundo naquele bairro, tendo contudo de ser encontrada uma fórmula jurídica que lhe permita actuar dado que são obras da responsabilidade do condomínio e a Câmara Municipal, é apenas um condómino com uma participação minoritária.

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro cuja intervenção vai ser transcrita:

“Tendo em atenção a informação escrita do Sr. Presidente, eu relevo desta informação o funcionamento da Equipa Multidisciplinar de Intervenção Precoce, relevo até pela pessoa que está a coordenar, Dr.ª Isabel Novais, que conheço há vários anos e, portanto, configura aqui garantia de que vamos ter um bom trabalho neste âmbito.

Sobre a intervenção do Sr. Presidente, dizer que o Sr. Presidente disse que deixa a porta aberta, mesmo sendo uma “nesgazinha”, significa que vamos ter candidatura de João Cepa nas próximas eleições.

Ainda sobre a intervenção do Sr. Presidente e no seguimento do que se tentou no voto de protesto apresentado pelo PSD sobre a matéria, concretamente do Parque Natural Litoral Norte, tem a com a postura do Governo e do Secretário de Estado relativamente a esta Assembleia Municipal, do respeito, já o disse na última Assembleia.

Mas são estes silêncios que condeno em toda a linha, mas também teremos que os condenar no plano de intervenção local e do poder local. O Sr. Presidente sabe claramente que lhe foi feito um pedido de audiência pela Associação de Pais e Amigos de Fão para abordar questões que se prendem com as problemáticas educativas em Fão e, depois de estar muito tempo sem agendamento, acabou por ser agendada, mas sistematicamente adiada por duas ou três vezes. Creio que isto também não faz sentido, é uma questão importante do concelho, a questão educativa, e, por isso, não faz sentido as desmarcações em cima da hora com prejuízo para a vida das pessoas, como compreenderá.

Ligado a isto, gostaria de saber qual a situação da escola das Pedreiras, gostaria também de saber, Sr. Presidente, qual a razão da sua ausência num encontro promovido em Fão sobre a zona histórica, onde esteve presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fão e que foi muito participada.

Debateram-se questões importantes relativamente à zona histórica e às questões do urbanismo. Foi dada a informação que o Sr. Presidente não podia estar por questões pessoais e familiares, mas tendo um vereador responsável pelo pelouro de urbanismo, temos técnicos certamente habilitados para debater estas questões e creio que naquele tipo de encontro a Câmara deveria estar representada.

Uma questão que emerge aqui também tem a ver com a sistemática ausência de V. Ex.cia e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nas reuniões do Conselho Municipal de Educação. O quadro legal diz que V. Ex.cias tem assento neste órgão. Não pondo em causa as justificações que certamente existem, mas as questões educativas, creio que deveriam merecer pela vossa parte, ainda que fosse uma ou duas vezes, a vossa presença neste órgão de grande importância como tem sido dito pela Sr.ª vereadora, e bem, dessem algum sinal de interesse por estas questões municipais.

Quanto ao relatório referente ao Estatuto de Oposição, tomei conhecimento pela leitura de uma acta da Câmara Municipal, que foi apresentado este relatório, mas a Lei diz que esse relatório também deverá ser apresentado aos membros da Assembleia Municipal. Eu não tenho conhecimento e julgo que os senhores deputados também não têm conhecimento sobre este relatório.

Por fim, no lugar de Cepães, na zona da redonda, por trás do chamado “comboio”, há uma placa numa zona que está inserida no Parque Natural Litoral Norte e que diz “vende-se com projecto aprovado”. Passem lá, podem constatar e verificar isto que estou a dizer. Trata-se de que projecto? Vossa Ex.cia sabe-me dizer do que é que se trata e que projecto é este? Julgo que enquanto membro desta Assembleia será importante saber.”

Interveio seguidamente João Nunes, tendo desejado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal sucessos na sua nova actividade, como Cônsul da Rússia, e referido que, uma vez que das 25 fortunas da Europa 12 são bilionários russos, poderia, eventualmente, canalizar algum investimento para Esposende.

Continuando no uso da palavra, colocou duas questões ao Sr. Presidente da Câmara, a primeira sobre uma intervenção do Sr. Presidente da Associação Esposende Solidário, na qual o Eng.º Fernandes Ribeiro fez um apelo sobre uma Instituição ou Associação onde estarão crianças desprotegidas que está a passar dificuldades económicas. Apelou, por isso, à sensibilidade do Sr. Presidente da Câmara, dizendo que tendo a Assembleia Municipal aprovado 100 mil euros para a luta contra a pobreza, algum investimento poderia ser canalizado para aquele fim.

Na segunda questão, solicitou informação ao Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre uma verba de 250 mil euros que consta do relatório de empreitadas para o parque da feira de Esposende, questionando ainda se a mesma iria ou não mudar e, em caso afirmativo, para quando.

Interveio seguidamente Orlando Capitão Orlando destacando o facto de na gestão do Complexo das Piscinas da Foz do Cávado, das Piscinas Municipais de Forjães e do Auditório Municipal de Esposende pela Empresa Esposende 2000, EPM, relativamente a 2007, se ter

verificado um resultado líquido positivo de € 2.800,00 e solicitou ao senhor Presidente da Câmara informação sobre se a Câmara deu, nesse ano, algum apoio financeiro a esta Empresa e, em caso afirmativo, qual o seu montante.

Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara prestando os devidos esclarecimentos às questões colocadas.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos: -----

03.01 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2008 – PARA APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia sete de Abril e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 7 DE ABRIL ÚLTIMO. -----

03.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.03 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - 2.º SEMESTRE DE 2007 - PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente em Sessão o relatório de Informação sobre a situação Económica e Financeira do Município de Esposende enviado à Assembleia Municipal de Esposende pelo Auditor Externo. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.04 - AFECTAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO CEDIDAS PARA DOMÍNIO PÚBLICO NO ANO DE 2007 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de Abril de 2008, foi presente na Sessão proposta de afectação ao domínio público das parcelas cedidas no âmbito de operações urbanísticas para esse efeito. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AFECTAR AO DOMÍNIO PÚBLICO AS PARCELAS CEDIDAS PARA ESSE EFEITO E CONSTANTES DA RELAÇÃO EM ANEXO. -----

03.05 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE VILA CHÃ / FORJÃES - MEDIDAS PREVENTIVAS - PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 08 de Maio de 2008, foi presente na Sessão proposta das medidas preventivas do Plano de Urbanização do Parque Empresarial de Vila Chã / Forjães. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Durante o período da discussão do presente assunto interveio o deputado José Manuel Neiva da Cruz, cuja intervenção vai ser transcrita:

“A criação de um pólo empresarial nas freguesias de Forjães e Vila Chã, constituem um anseio das gentes e agentes económicos daquelas freguesias. Não é por acaso que como autarca vim defendendo há muitos anos a criação de um pólo empresarial naquele local, tal como prevê o P.D.M. Não é por acaso também que esta medida tem constado dos sucessivos manifestos eleitorais autárquicos do PS e do PSD. Podemos por isso dizer que a elaboração deste Plano de Urbanização surge com um atraso de vários anos.

A criação de pólos industriais que acolhem pequenas e médias indústrias não poluentes que contemplem serviços e equipamentos de apoio a empreendedores e trabalhadores e que criem oportunidades de formação profissional são a melhor solução para combater o desemprego crescente que se verifica no nosso concelho.

É por isso inexplicável que um projecto como este tenha demorado tantos anos a ser lançado, é seguramente um sintoma da insensibilidade política que nesta matéria tem norteado a maioria social-democrata, insensibilidade essa que não tem explicação nem desculpa, sobretudo se olharmos um pouco a norte e virmos a expansão da zona industrial de Neiva, onde aliás trabalham um número crescente de forjanenses.

Por isso a minha expectativa é que não aconteça a este plano o mesmo que aconteceu a outros, alguns deles já pagos por este Município, nomeadamente o Plano de Urbanização de Forjães que continua metido na gaveta.

As consequências desta omissão são hoje visíveis, nomeadamente assiste-se a uma acentuada descaracterização da tipologia da ocupação do solo da Vila, agravada pela implantação desenquadrada de prédios que rompem a harmonia visual que sempre existiu em Forjães. Nessa medida esta proposta pode e deve ser encarada com sentido de urgência que as

circunstâncias o exigem e merecerá o apoio do Partido Socialista com as seguintes chamadas de atenção:

- O prazo de execução do Plano e a adopção de medidas preventivas durante dois anos, parecem-nos excessivo, atendendo ao ónus que recai sobre os proprietários da área por ele abrangido que na prática estão impedidos de efectuar operações urbanísticas durante aquele prazo atendendo às características do terreno, a área intervencionada e à simplicidade do estudo.

- Deve ser salvaguardado uma ligação estrutural à A28 que sirva não só o pólo industrial mas também Forjães e Vila Chã no sentido de dotar estas localidades desse precioso instrumento de desenvolvimento que são as vias de comunicação.”

Interveio seguidamente o deputado Orlando Capitão tendo referido que entende só ser possível aprovar as medidas preventivas se também for suspenso o Plano Director Municipal na área de intervenção do Plano de Urbanização, sendo que, essa contingência consta da proposta mas não consta do título do assunto.

Esclarecido o assunto pelo senhor Presidente da Câmara:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR AS MEDIDAS PREVENTIVAS NOS TERMOS APRESENTADOS, BEM COMO SUSPENDER O PLANO DIRECTOR MUNICIPAL NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO, ÁREA ONDE PASSARÃO A VIGORAR AS MEDIDAS PREVENTIVAS AGORA APROVADAS. -----

03.06 - EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS - PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 08 de Maio de 2008, foi presente na Sessão proposta de alteração aos Estatutos da EAmb - Esposende Ambiente, E.M.. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

POR PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E NO SEGUIMENTO DE ESCLARECIMENTO PRESTADO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, O PRESENTE ASSUNTO FOI RETIRADO. -----

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em

minuta, para efeitos imediatos, tendo todos concordado com este procedimento. -----

--- Assim, e nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta da acta da presente sessão, que, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES. _____

---Sendo doze horas e vinte e cinco minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ESPOSENDE**

**ACTA
Nº 04/2008**

**SESSÃO ORDINÁRIA
14 de Junho de 2008**